

1 BATALHAO DE COMUNICACOES DIVISIONARIO/RS

Termo de Referência 118/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
118/2025	160250-1 BATALHAO DE COMUNICACOES DIVISIONARIO/RS	DARLA WILLIAM VIEIRA DA SILVA	04/03/2026 15:38 (v 0.18)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
IV - concessão e permissão de uso de bens públicos/Permissão de uso de bens públicos		64026.004602/2025-97

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O Objeto desta contratação é a Cessão de Uso Onerosa de Espaço, mediante pagamento de aluguel, para a exploração comercial de Cantina em imóvel pertencente ao 1º Batalhão de Comunicações, sob o nº de matrícula RS 03-0385, de acordo com as especificações do imóvel, contidas no Laudo de Avaliação, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR DE REFERÊNCIA MENSAL	VALOR DE REFERÊNCIA ANUAL
	01	Refrigerante Material: Água Gasosa/Xarope , Sabor: Cola. Deverá ser levado em consideração as seguintes marcas: Pepsi ou Coca-cola.	217784	Garrafa 2 Litro	01	R\$ 12,09	R\$ 12,09
	02	Achocolatado Apresentação: Líquido , Sabor: Tradicional , Característica Adicional: Enriquecido Com Vitaminas. Deverá ser levado em consideração as seguintes marcas: Nescau (Caixa 180ml) ou Toddynho (caixa 200ml)	463551	Caixa 200 Mililitro	01	R\$ 3,00	R\$ 3,00
		Biscoito Sabor: Chocolate E Avelã , Tipo: Wafer , Características					

03	Adicionais: Com Recheio. Deverá ser levado em consideração as seguintes marcas: Bauducco (Embalagem 140g) ou Nescau (Embalagem 110g)	402680	Pacote 110 Grama	01	R\$ 5,52	R\$ 5,52
04	Biscoito Apresentação: Redondo , Sabor: Chocolate , Características Adicionais: Sem Recheio , Classificação: Doce , Aplicação: Alimentação Humana. Deverá ser levado em consideração as seguintes marcas: Passatempo (Embalagem 130g) ou Nescau (Embalagem 140g), Ambos devem conter recheio.	316062	Unidade	01	R\$ 6,30	R\$ 6,30
05	Batata Processada Espécie: Inglesa , Tipo Formato: Ondulada , Tipo: Frita , Apresentação: Pronto Para Consumo. Deverá ser levado em consideração as seguintes marcas: Ruffles (embalagem 68g) ou Doritos (embalagem 75g)	467327	Grama	01	R\$ 11,50	R\$ 11,50
06	Pizza Sabor: Variados , Características Adicionais: Mini Pizza (Calabresa, frango ou carne, tamanho mínimo 150 gramas)	456046	Unidade	01	R\$ 11,92	R\$ 11,92
07	Salgados Diversos Tipo: Hamburguer De Carne Bovina , Tamanho: Padrão , Aplicação: Alimentação , Sabor: X-Salada , Ingredientes: 01 Pão, 01 Hamburguer; 02 Fatias De Queijo E 02 de presunto , Peso: 90 G, Ingredientes Adicionais: Folhas	619104	Unidade	01	R\$ 24,99	R\$ 24,99

01		De Alface E 02 Rodelas De Tomate, milho, ervilha, catchup, ovo, bife de 120g a 150g. Deverá ser fornecido produto do tipo X gaúcho prensado com peso mínimo de 500 gramas.					
	08	Salgados Diversos Tipo: Cachorro Quente , Apresentação: Assado Em Forno , Ingredientes: Massa, Salsicha, Mussarela , Peso: 100 G, Características Adicionais: Pronto Para Consumo, Não Congelado. Cachorro quente com salsicha de 15 cm, molho de tomate. batata palha, milho, ervilha, catchup e maionese. Peso mínimo de 250g	363089	Unidade	01	R\$ 11,00	R\$ 11,00
	09	Salgados Diversos Tipo: Pastel , Tamanho: Pequeno , Aplicação: Alimentação , Sabor: Carne , Formato: Semi-Circulo , Ingredientes: Farinha De Trigo, Margarina, Óleo E Sal , Peso: 20 G, Características Adicionais: Pronto Para Consumo. O produto deverá conter ovo cozido, temperos, carne e pesagem mínima de 200g	625877	Unidade	01	R\$ 10,00	R\$ 10,00
	10	Salgados Diversos Tipo: Sanduíche Natural , Tamanho: Pequeno , Aplicação: Alimentação , Formato: Cilíndrico , Ingredientes: Pão De Leite, Queijo, Peito De Peru, Alface, Tomat , Características Adicionais: Pronto Para Consumo. O Sanduíche deverá conter no mínimo: 1 folha de alface, 2 rodelas de tomate, 2	627120	Unidade	01	R\$ 7,49	R\$ 7,49

		fatias de peito de peru, 2 fatias de queijo mussarela, maionese, catchup e pão do tipo baguete, com peso mínimo de 150g					
	11	Suco Apresentação: Líquido , Sabor: Variado , Tipo: Natural , Características Adicionais: Pronto Para Consumo Em Embalagem Descartável. Deverá ser levado em consideração as seguintes marcas: Dell valle (lata de 290 ml) ou Tial (Caixa de 250ml)	633549	Unidade	01	R\$ 5,99	R\$ 5,99
	12	Sorvete Tipo: Sorvete - Base Leite , Sabor: Chocolate Branco , Forma Apresentação: Massa / Cremoso. Deverá ser considerado as seguintes marcas: Nestlé ou Kibon (sabor: napolitano) Embalagem 1,5 litro.	470750	Embalagem 1 Litro	01	R\$ 36,00	R\$ 36,00
TOTAL							R\$ 145,80

1.2. O prazo de vigência da contratação é de 2 anos, contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 5 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021 e Portaria Exército nº 200-DEC/2020.

1.3. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, tendo em vista se tratar de contrato de receita.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e vedada terminantemente condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente:

4.1.1. Do uso racional de Energia:

- 4.1.1.1. Instalar lâmpadas fluorescentes ou de LED. Elas iluminam melhor, duram mais e gastam menos energia;
- 4.1.1.2. Desligar os aparelhos da tomada quando não estiver usando, não deixar aparelhos em repouso "stand-by";
- 4.1.1.3. Apagar a luz ao sair de um ambiente, aproveitar (quando possível) a luz do dia;
- 4.1.1.4. Não usar benjamins (peça para ligar vários aparelhos a uma só tomada);
- 4.1.1.5. Janelas abertas substituem o ventilador;
- 4.1.1.6. Utilizar cores claras nas paredes, ambientes arejados e que aproveitam a luz natural economizam energia e são mais saudáveis;
- 4.1.1.7. Dimensionar bem os fios elétricos: fios finos causam fuga de energia e podem provocar acidentes; e
- 4.1.1.8. Dosar o uso do ar condicionado e fechar bem os ambientes ao ligar o equipamento. Fazer a manutenção periódica do eletrodoméstico, realizando a limpeza do filtro de ar. Ter hábito de desligar o aparelho de ar condicionado sempre que se ausentar do ambiente refrigerado.

4.1.2. Do Uso Racional de Água e Resíduos:

- 4.1.2.1. Evitar o uso desnecessário da água. Manter as torneiras fechadas ao ensaboar os utensílios de trabalho;
- 4.1.2.2. Fique atento a vazamentos e desbalanceamentos que podem provocar o aumento do consumo de água;
- 4.1.2.3. Substituir de equipamentos convencionais por outros mais econômicos;
- 4.1.2.4. Não deixar torneiras abertas ou pingando, torneiras que gotejam precisam ser consertadas através da identificação e reparo de vazamentos e faça a manutenção do equipamento e de peças e intervalos regulares, aumentando o tempo de vida útil do maquinário;
- 4.1.2.5. Faça sempre uma revisão na válvula hídrica do vaso sanitário. Aperte a descarga apenas o tempo necessário;
- 4.1.2.6. Não jogar lixo no vaso sanitário;
- 4.1.2.7. Fique atento aos desperdícios no processo de limpeza;
- 4.1.2.8. Limpe torneiras e peças cromadas com esponja macia e sabão neutro, evitando produtos abrasivos e esponjas de aço que riscam os materiais;
- 4.1.2.9. Ao limpar o estabelecimento, dar preferência ao uso de baldes e, quando possível, água de reuso para este tipo de limpeza. Evitar usar mangueiras ou fontes similares;
- 4.1.2.10. Reciclar e adequar a destinação dos resíduos gerados nas atividades de limpeza;
- 4.1.2.11. Dar preferencia a produtos químicos que causam menos agressões ambientais e a biodegradáveis e diminua o uso de substancias poluentes e potencialmente toxicas;
- 4.1.2.12. Obedecer as orientações do fabricante utilizando produtos químicos adequados;
- 4.1.2.13. Limpe portas e vidraças com pano úmido e desinfetante próprios, evitando jogar água em grandes quantidades;

4.1.2.14. Dar preferência a limpeza com panos úmidos e desinfetantes, lavando com água somente quando necessário e sempre com bom senso;

4.1.2.15. Atentar à obrigatoriedade da adequação na separação dos resíduos recicláveis dando, na destinação, preferência às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis; e

4.1.2.16. Para os critérios de sustentabilidade devem ser considerados, sempre que possível, a adoção de ações que causem o menor impacto ao meio ambiente e o maior grau de segurança.

4.1.3. Do serviço de preparo de alimentos:

4.3.2.1. Deverão ser observado o disposto na cartilha sobre boas práticas para serviços de alimentação conforme a Resolução-RDC nº 216/2004.

Da vedação de contratação de marca ou produto

4.2. Trata-se de procedimento destinado à formalização de contrato de receita, consistente na concessão onerosa de uso de espaço físico no interior desta Organização Militar para exploração de cantina, com a finalidade de atendimento exclusivo ao público interno. Diferentemente das contratações tradicionais destinadas à aquisição de bens ou serviços pela Administração Pública, o presente ajuste não envolve dispêndio de recursos públicos, mas sim a geração de receita decorrente da exploração econômica de área sob responsabilidade da OM, permanecendo o risco empresarial integralmente a cargo do concessionário. No instrumento convocatório constou a indicação de determinadas marcas de produtos a serem comercializados, circunstância que, em regra, exige fundamentação específica, considerando o princípio da vedação ao direcionamento indevido.

Entretanto, no caso concreto, a indicação não decorre de preferência subjetiva, mas de necessidade administrativa devidamente justificada, vinculada ao interesse público e à adequada prestação do serviço ao público interno. A exploração de cantina em ambiente militar exige observância a padrões mínimos de qualidade, regularidade sanitária e rastreabilidade dos produtos alimentícios, tendo em vista que os usuários são, majoritariamente, militares em regime de atividade operacional, cujo desempenho funcional pode ser impactado por eventuais falhas na qualidade ou procedência dos alimentos comercializados.

Nesse contexto, a fixação de marcas específicas visa assegurar padrão uniforme de qualidade, procedência industrial regular, conformidade com normas sanitárias e previsibilidade quanto à cadeia de fornecimento. Além disso, a padronização dos produtos comercializados facilita a fiscalização administrativa, o controle interno e a verificação das condições sanitárias, reduzindo riscos à saúde do efetivo e preservando a imagem institucional da Organização Militar. A ausência de critérios objetivos poderia resultar na comercialização de produtos sem adequada certificação, com variações significativas de qualidade, comprometendo a eficiência da gestão e a segurança alimentar. Ressalta-se que, por se tratar de contrato de receita, a Administração atua como reguladora das condições de uso do espaço público sob sua responsabilidade, sendo legítima a imposição de parâmetros mínimos de qualidade e padronização, desde que devidamente fundamentados e vinculados ao interesse público. Não se trata de aquisição direta de produtos pela Administração, mas de estabelecimento de requisitos para exploração comercial em área pública militar, o que confere maior margem de discricionariedade técnica para definição de padrões.

Dessa forma, a indicação de marcas no presente instrumento configura medida de padronização administrativa e de proteção ao interesse público, não caracterizando direcionamento indevido, mas sim exercício legítimo do poder regulamentar da Administração sobre atividade desenvolvida em suas dependências. Por cautela jurídica, recomenda-se que conste a previsão de aceitação de produto equivalente que atenda integralmente às especificações técnicas e sanitárias estabelecidas, a fim de resguardar a competitividade e afastar eventual alegação de restrição indevida. Diante do exposto, entende-se que a indicação de marcas, nas circunstâncias apresentadas, encontra-se devidamente motivada, alinhada aos princípios da eficiência, da padronização administrativa e da proteção à saúde do público interno, mostrando-se juridicamente sustentável no âmbito do contrato de receita para exploração da cantina desta Organização Militar

Da exigência de amostra

4.3. Não será exigido amostra;

Da exigência de carta de solidariedade

4.4. Não será exigida carta de solidariedade;

Subcontratação

4.5. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.6. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual da contratação (valor da cessão).

4.7. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.7.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.7.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.7.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.7.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.7.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.8. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.9. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.10. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.11. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.11.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.12. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.12.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas

4.12.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.12.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.13. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.

4.14. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.15. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.16. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.17. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.17.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.17.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.18. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.18.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.18.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.19. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.20. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.21. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.22. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Vistoria

4.23. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao e interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, mediante prévio agendamento de horário junto à fiscalização administrativa do 1º B Com, pelo telefone (55) 3313-1100 ramal 2045, de segunda a quinta-feira, no horário das 08:30h às 12:00h e das 13:00h às 16:30h;

4.24. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia; e

4.25. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.26. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.27. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Execução

5.1. A execução do Objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: A CESSIONÁRIA deverá iniciar atividade de Cantina, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da Ordem de Serviço emitida pelo CEDENTE. Deve ficar ciente à cessionária que a cessão poderá ser revogada a qualquer tempo havendo interesse da administração, independente de indenização.

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.1.3. A estimativa realizada no referido Laudo de Avaliação Técnica não representa garantia de receita mínima oriunda da exploração da atividade de apoio de cantina.

5.1.4. Será realizada a vistoria prévia do imóvel, conforme o laudo, tanto na sua entrega inicial quanto na devolução, na presença do fiscal técnico designado e do CESSIONÁRIO;

5.1.5. Todas as despesas de utilização da benfeitoria, tais como consumo de água, energia elétrica, gás, telefone, condomínio e taxa de limpeza pública, ficam a cargo do cessionário, obrigando-se o mesmo a efetuar os respectivos pagamentos nas devidas épocas. As mesmas já foram calculadas e compõem o preço estimado para a cessão conforme Laudo de Avaliação nº 05/2025-RTSM, 12 de fevereiro de 2025.

5.1.6. O índice de reajuste anual para o valor mensal da cessão onerosa, como também do valor máximo dos serviços a serem comercializados, será regulado pelo Índice Geral de Preços Mercado -IGP-M;

5.1.7. Dos Empregados:

5.1.7.1. Apresentar à Fiscalização do 1º Batalhão de Comunicações, quando do início dos serviços, a relação dos seus funcionários, com antecedentes criminais, juntamente com cópia autenticada de documentos que caracterizem o vínculo empregatício dos mesmos com a Cessionária. A relação de funcionários deverá ser mantida sempre atualizada e qualquer alteração deverá ser comunicada imediatamente à Fiscalização Administrativa;

5.1.7.2. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a serem vítimas os seus empregados quando em serviço, assegurando o cumprimento das leis trabalhistas e previdenciária e pela observância das demais exigências legais para o exercício da atividade objeto da presente licitação;

5.1.7.3. Manter todos os seus empregados identificados mediante o uso permanente de crachás;

5.1.7.4. Adotar todos os critérios de segurança para seus empregados e para a execução dos serviços;

5.1.7.5. Cumprir todas as disposições relativas a encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários, civis e comerciais, que recaiam sobre a atividade e seus empregados, resultantes da execução dos serviços, objeto deste Termo de Referência; e

5.1.7.6. Exigir dos empregados da Cessionária utilização de todos os equipamentos de proteção individual (EPIs), exigidos por lei, os quais serão em número suficiente para todos os empregados.

5.1.7.7. Não se utilizar de menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou de menor de dezesesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos (Lei nº 9.854/1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.358/2002);

5.1.8. Atribuições do responsável legal:

5.1.8.1. Manter em ordem e em dia a documentação e o pagamento de impostos perante as autoridades Municipais, Estaduais e Federais;

5.1.8.2. Assegurar condições para o cumprimento das atribuições gerais dos profissionais. visando, prioritariamente, a qualidade, eficácia do atendimento;

- 5.1.8.3. Fornecer todos os móveis e equipamentos necessários para a prestação dos serviços;
- 5.1.8.4. Facilidade de atendimento as pessoas portadoras de necessidades especiais (idosos, portadores de deficiências físicas, gestante e/ou necessidades especiais), podendo a Cessionária sugerir outras facilidades;
- 5.1.8.5. Responder por todos os danos causados voluntária ou involuntariamente ao 1º B Com ou a terceiros no transporte e instalação dos equipamentos contratados inclusive por acidente, mortes ou destruição isentando o 1º B Com de todas e quaisquer reclamações que possam advir;
- 5.1.8.6. Comunicar anteriormente e por escrito ao Fiscal do Contrato, sempre que houver a realização de qualquer obra de adequação ao espaço físico a ser utilizado pela (o) Cessionário;
- 5.1.8.7. Comunicar anteriormente e por escrito ao Fiscal do Contrato, sempre que for instalar qualquer novo equipamento elétrico durante a execução dos serviços, ou verificar e constatar a possibilidade de ocorrência de qualquer avaria e/ou sinistro que não esteja sob a sua responsabilidade, indicando ou orientando a forma de procedimento e, em não o fazendo, assumirá total responsabilidade pelos danos;
- 5.1.8.8. Responsabilizar-se por eventuais dívidas oriundas dos serviços prestados.
- 5.1.8.9. Providenciar, no prazo de 30 (trinta) dias os alvarás, autorizações, etc, junto às autoridades competentes, necessárias ao funcionamento da atividade de apoio a que a cessão de uso se destina;
- 5.1.8.10. Cumprir as disposições dos regulamentos internos do 1º Batalhão de Comunicações no que couber ao CESSIONÁRIO;
- 5.1.8.11. Após o encerramento do Contrato de Cessão de Uso, caso não seja renovado, a Contratada Cessionária deverá entregar o imóvel nas mesmas condições que recebeu, devidamente relatado no Termo de Recebimento do Imóvel, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, restituindo todas as instalações em perfeitas condições de uso e funcionamento, bem como todas as instalações elétricas e hidráulicas;
- 5.1.8.12. Obriga-se, ainda, a fazer, por sua conta e risco, as reparações dos estragos a que der causa, consertos, adaptações ou substituições, sem direito a quaisquer indenizações, seja a que título ou pretexto for;
- 5.1.8.13. O atendimento e o relacionamento com os clientes deverão ser condizentes, primar pela boa educação, respeitando as normas de conduta compatíveis com a educação militar;
- 5.1.8.14. Não divulgar, sem a devida autorização do 1º B Com, nenhum documento envolvendo militares ou atividades militares;
- 5.1.8.15. Não comercializar bebidas alcoólicas, nem cigarros, charutos, cigarrilhas ou congêneres, além de quaisquer outros produtos não relacionados ao objeto da cessão de uso, tais como medicamentos, roupas, acessórios, etc;
- 5.1.8.16. Definir o valor a ser cobrado pelos itens a serem vendidos com preços exequíveis, dentro do preço médio do mercado local;
- 5.1.8.17. Não realizar atendimento ao público externo nas instalações cedidas; e
- 5.1.8.18. Não executar a venda de produtos não condizente com as expostas nesse Termo de Referência.
- 5.1.8.19. Assegurar condições para o cumprimento das atribuições gerais dos profissionais. visando, prioritariamente, a qualidade, eficácia do atendimento;
- 5.1.8.20. Se for do interesse do cessionário, poderá fazer instalação de internet e telefone no local a ser cedido, devendo o mesmo arcar com as referidas despesas. Tais instalações deverão ser solicitadas e avaliadas pelo 1º B Com, podendo ou não ser autorizadas;
- 5.1.8.21. Cumprir com o disposto nos art. 29 e art. 30 da Portaria nº 200-DEC, de 03 de dezembro de 2020.
- 5.1.8.22. O CESSIONÁRIO deverá ter todos os alvarás, bem como qualquer outra documentação necessária para o pleno funcionamento de todas as atividades desempenhadas pelo mesmo;

5.1.9. Da Limpeza, Higiene e Segurança e das Instalações manutenção:

- 5.1.9.1. A Cessionária deverá zelar pela conservação e manutenção das instalações, responsabilizando-se pelos reparos que venham a ser necessários. As despesas com mão-de-obra e materiais contratados de terceiros, serão de responsabilidade da Cessionária, sem quaisquer ônus para a Cedente;
- 5.1.9.2. Será ainda da Responsabilidade da Cessionária a vigilância do local, bem como das relacionadas à sua segurança;
- 5.1.9.3. Cumprir as normas e regulamentos sobre Medicina e Segurança do Trabalho;
- 5.1.9.4. Será de Responsabilidade da Cessionária a limpeza e higienização do local, bem como as atividades relacionadas a dedetização e controle de pragas caso aplicável. A Cessionária deverá atentar para as normas vigentes de higiene e salubridade do ambiente (leis sanitárias);
- 5.1.9.5. Arcar com as despesas de substituição de lâmpadas e de todos os dispositivos componentes das instalações elétricas, hidráulicas e demais instalações dos locais dos serviços;
- 5.1.9.6. Responder e ressarcir por danos e desaparecimento de bens patrimoniais que venham a ser causada por seus empregados ou prepostos, a terceiros ou a própria Cedente, sem prejuízo de outras cominações legais;
- 5.1.9.7. Devolver ao término do contrato as instalações em perfeitas condições de uso, através de termo de entrega de área.
- 5.1.9.8. Qualquer divergência apurada pelo Cedente será indenizada ou reparada pela Cessionária;
- 5.1.9.9. Contratar e acompanhar os serviços de empresa especializada para desinsetização, desratização e combate de insetos periodicamente, ou a qualquer momento a critério da fiscalização do 1º Batalhão de Comunicações, em todas as dependências utilizadas; e
- 5.1.9.10. Essa Cessão, refere-se ao bem imóvel, já os bens móveis ficam na responsabilidade da Cessionária, seja na aquisição dos móveis de uso duradouro, na conservação ou reparo dos mesmos.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Imóvel de 257,34 metros quadrados, instalado em terreno de mesma dimensão para efeito de cálculo, situado no 1º B Com, registrado sob o Cadastro Patrimonial número nº RS 03-0385, sob responsabilidade do 1º B Com com exploração de atividades destinadas à Cantina.

5.3. Os serviços de venda de produtos serão realizados, preferencialmente, com os seguintes horários de funcionamento: das 08:00h até as 18:00h de segunda-feira à sexta-feira.

5.4. O horário de funcionamento da cantina pode ser alterado por solicitação do cessionário ou por indicação da administração nos períodos em que houver horário de funcionamento do 1º B Com diferente daquilo que foi incluído nos termos acima. Exemplo: Períodos de meio expediente, expediente administrativo, internato do soldado recruta, feriados e demais datas que possam alterar o horário do corpo. Tudo deverá ser acordado com a fiscalização administração do 1º B Com e registrado pelo fiscal de contrato da seção de uso da cantina.

Materiais a serem disponibilizados

5.5. A CONTRATADA deverá disponibilizar todos os itens necessários à plena execução da exploração econômica de atividade de Cantina.

Dos serviços a serem prestados

5.6. A cantina pode oferecer os seguintes serviços:

- 5.6.1. Preparação e venda de refeições;
- 5.6.2. fornecimento de lanches rápidos;
- 5.6.3. fornecimento de bebidas quentes e frias;

5.6.4. oferecimento de guloseimas e sobremesas;

5.6.5. Atendimento no local, oferecendo mesas e cadeiras para consumo no local;

5.6.6. Oferecimentos de pratos a la carte;

5.6.7. Oferecimento de cardápio personalizado, como por exemplo, pratos veganos, vegetarianos, sem glúten, sem lactose, etc.

5.6.8. Oferecimento de refeições saudáveis;

5.6.9. Pagamentos facilitados;

5.7. O inadimplemento por parte dos clientes/militares é de inteira responsabilidade do cessionário, logo a CEDENTE se exime de qualquer responsabilidade de cobrança;

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. Alteração Subjetiva:

6.6.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

Preposto

6.7. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.8. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de ocupação e início da prestação dos serviços.

6.9. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade

6.10. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES /MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização

6.11. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

- 6.12. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.13. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.14. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.15. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.16. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.17. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
- 6.18. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato;
- 6.19. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade das atividades para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas;
- 6.20. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação das atividades realizadas;
- 6.21. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação das atividades realizadas;
- 6.22. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação da atividade com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada à excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador;
- 6.23. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, deve ser aplicado as sanções a CONTRATADA, de acordo com as regras previstas;
- 6.24. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços; e
- 6.25. A conformidade das atividades deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta.

Fiscalização Administrativa

- 6.26. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.27. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.28. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.29. Cabe ao gestor do contrato:

6.29.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.29.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.29.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.29.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.29.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.29.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.29.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.29.8. receber e dar encaminhamento imediato:

6.29.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.29.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A CESSIONÁRIA deverá mensalmente o valor da cessão da área;

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1. não produziu os resultados acordados,

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço;

7.3. A CEDENTE irá disponibilizar, através da Fiscalização Administrativa, no primeiro dia útil subsequente ao mês vencido, a Guia de Recolhimento da União (GRU) que deverá ser paga até o 5º (quinto) dia útil do mês;

7.4. O valor mensal, conforme o Laudo de Avaliação nº 05/2025-RTSM, 10 de fevereiro de 2025, elaborado pela Comissão de Avaliação do 1º B Com, será de R\$ 66,94 (sessenta e seis reais e noventa e quatro centavos) mensais.

7.4.1. O valor de reembolso das despesas de água, esgoto e energia elétrica é de R\$ 1.108,96 (um mil cento e oito reais e noventa e seis centavos).

7.4.2. O cessionário deverá efetuar o pagamento da cessão do imóvel e as despesas de reembolso calculadas conforme o item 6.1.4. do Laudo de Avaliação nº 05/2025 RTSM.

7.5. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.6. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IGP - M, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.7 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.8 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.9 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.10 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.11 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.12 O reajuste será realizado por apostilamento.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,5% (meio por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta)** dias

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **0,5% (meio por cento)** a **10% (dez por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **10% (dez por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **10% (dez por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **5% (cinco por cento)** a **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **5% (cinco por cento)** a **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO por grupo de itens considerados na tabela do item 1.1 deste Termo de Referência.

Regime de execução

9.4. Serviço contínuo sem dedicação exclusiva de mão-de-obra

Exigências de habilitação

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.6. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.7. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.9. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.11. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.13. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.14. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.16. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.17. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.18. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.19. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.20. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.21. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.22. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.23. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.24. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Técnica

9.25. Registro do estabelecimento no Conselho Regional de Nutricionistas (CRN), conforme Resolução CFN nº 702/2021;

9.26. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

9.27. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;

9.28. Prova de atendimento aos requisitos RDC nº 216/2004;

Disposições gerais sobre habilitação

9.29. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.30. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.31. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
9.28. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.32. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CNDe ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. A estimativa do valor da contratação é de R\$ 145,80 (cento e quarenta e cinco reais e oitenta centavos), conforme consta na tabela do item 1.1 deste Termo de Referência.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. Não há devido ao fato de se tratar de contrato de receita.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosa.

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato (Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

13.1. Não se aplica ao caso concreto;

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão nº ____/2025, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

FABIO DE VARGAS LOCATELI

Chefe da equipe de planejamento

VANDERLEY DE SOUZA SANTOS

Integrante da área técnica

RAFAEL VICTOR LONGO ARAUJO

Integrante da área administrativa

Despacho: Aprovo o presente Termo de Referência e autorizo o prosseguimento do processo de contratação.

ANDERSON FIDELIS JOSE DA SILVA

Ordenador de Despesas do 1º Batalhão de Comunicações